

A HIGIENIZAÇÃO DO BRASIL E AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

Zuleica Dantas Pereira Campos¹

“Aquelles que praticam a especialidade de doenças mentaes, no Brasil, bem sabem que é ingrato o seu mistér, pois encontram da parte dos curandeiros, neste ramo da medicina, a sua mais renhida concorrência.(...) Si o doente fica bom, o merito cabe a estes, e si peiora ou seu caso é desanimador, a culpa reverte ao medico².”

Essa passagem do texto de Arthur Ramos, publicado em 1937, traduz não só uma preocupação com a concorrência no mercado de cura, entre os que praticavam a medicina institucional e o curandeirismo no Brasil, como também reflete o pensamento construído pela intelectualidade médica em torno da figura do curandeiro.

Ainda nesse texto, ao se propor distinguir a figura do charlatão e do curandeiro, Ramos atribui a este último uma certa irresponsabilidade ao praticar a cura ilegal. Esta seria resultado *“de uma nítida persistência da mentalidade pré-lógica³ nas práticas médicas, especialmente aquelas que sofreram a influência direta do negro e do índio⁴”*. Tomando como mote esta preocupação acerca das influências “negativas” das “mentalidades pré-lógicas”, portanto consideradas primitivas e inferiores, que permeavam a sociedade brasileira

Até o século XIX, as práticas do curandeirismo eram exercidas livremente no Brasil. Em parte, esse fenômeno pode ser explicado pela existência de um número extremamente reduzido de profissionais formados na ciência hipocrática que exerciam sua arte no Brasil⁵. O marco inaugural dessa medicina remonta à transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. Logo, só na primeira metade do século XIX a medicina institucional começou a ser praticada com maior frequência⁶.

Entre a proliferação das práticas terapêuticas da medicina institucional no Brasil e o discurso de Arthur Ramos, decorreram pouco mais de cem anos. Nesse intervalo de tempo, aqueles que se dedicavam à prática do curandeirismo começaram

¹ Professora adjunto III do Depto de História da UNICAP, doutora em História do Brasil pela UFPE.
Email zuleica@unicap.br

a merecer atenção de diversos setores preocupados em distanciar e diferenciar um saber produzido e referendado pela competência científica daquele produzido por pessoas “desqualificadas” ao exercício de tal função.

Aqui é importante lembrar que um dos pioneiros no relato explícito de preconceitos contra índios e negros no Brasil foi Nina Rodrigues. Este, em seu livro *Os Africanos no Brasil*⁷, publicado em 1932, afirma que a raça negra, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços a nossa civilização, há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo. A partir dessa afirmação, Nina Rodrigues anuncia alguns temas que serão predominantes em pensadores brasileiros durante a primeira metade do século XX: O temor de que o Sul do Brasil, colonizado por brancos e de onde o negro acabará sendo eliminado, se oponha ao Norte, região dominada pela inércia e indolência dos mestiços, como também o temor de que o Brasil, em vez de acompanhar a civilização canadense e norte-americana, caia no barbarismo guerrilheiro da América Central. Em resumo, Nina Rodrigues considerava que o Brasil se inferiorizava, não só pela existência de índios e negros mas também pela mestiçagem:

“Consideramos a supremacia imediata ou mediata da raça negra nociva à nossa nacionalidade, prejudicial em todo caso a sua influência não sofreada aos progressos e à cultura do nosso povo⁸.”

Convencido da inferioridade da “raça” negra, Nina Rodrigues admitia, contudo, diferenças de capacidade e graus de cultura entre os negros e, após apresentar um elenco dos povos africanos que teriam vindo para o Brasil, conclui que os que foram aqui introduzidos não pertenciam exclusivamente aos povos africanos mais degradados. Entre os negros mais adiantados, estavam os Nagôs, cuja superioridade cultural deveria ter um substrato equivalente de superioridade biológica em relação aos outros negros. Esta superioridade era atestada pelo predomínio e pela influência da língua, transformada em língua geral dos negros, como pela religião⁹.

É baseado nessas idéias que o estudo sobre as religiões dos negros é retomado nos anos trinta pelos seguidores de Nina Rodrigues, a partir de um discurso cientificista, na tentativa de recortarem, sobre as práticas de religiosidade popular, a “verdadeira e pura” religião dos negros e as práticas “degeneradas” de feitiçaria e magia dos demais componentes das camadas populares. Desse modo, é reativada a vertente interpretativa da possessão, encarada como fenômeno psicopatológico. Esses estudos foram retomados, primeiramente na Bahia, por Arthur Ramos e atingirão o alvo no Recife, onde os Xangôs¹⁰ locais serão pesquisados em conexão com o Serviço de Assistência a Psicopatas¹¹.

As mais variadas representações acerca de personagens urbanos povoam o discurso do alienismo no Brasil na passagem do século XIX para o século XX. As prostitutas, tipos de degeneradas cujos contingentes seriam fornecidos pela “imbecilidade” e pela “loucura moral”, os negros associados às formas mais primitivas da degeneração, as “perversões”, o jogo e os vícios, a vagabundagem, são temas que passam pelo crivo do alienismo, enquadrados e dissecados a partir da teoria da degenerescência¹².

No início do século XX, a medicina alopática oficial, no Brasil, não permitia que fossem discutidas as bases que estruturavam seu paradigma científico. O método e a conduta poderiam ser avaliados, mas não suas bases conceituais. Mais que isso, sua arrogância impedia que outros paradigmas (como aqueles introduzidos pela cultura ameríndia e africana) tivessem condição de frutificar¹³. Afinal, a prática do curandeirismo é crime previsto no código penal (art. 157) e fortemente reprimida pelos órgãos normativos do fazer médico - conselhos de medicina.

É com a preocupação de extinguir essas práticas de cura alternativa que Borges Cavalcanti, técnico da Assistência a Psicopatas de Pernambuco, desabafa:

“Na prática daquilo que se convencionou chamar de ‘baixo espiritismo’, já se constitui um problema policial e sanitário. Fora dois ou três locais onde se procura fazer religião, todos os ‘centros’ nada mais são que reuniões para o exercício ilegal da medicina. A única

medida definitiva para extinguir essas práticas seria a profilática: evitar a esses predispostos a cultura sistemática da imaginação, o exagero do automatismo subliminar¹⁴. Higiene, não medicina¹⁵”.

Arthur Ramos classifica o curandeiro como um charlatão involuntário cuja conduta recebeu o influxo direto do negro e do índio. Para Ramos, a repressão ao curandeirismo é um problema de lenta educação e oposição de normas “*corretas de pensamento e raciocínio lógico*”¹⁶.

O Boletim de Higiene Mental, cuja publicação foi iniciada em dezembro de 1933, teve como principal objetivo aconselhar alcoólatras, sífilíticos, epiléticos, operários e espíritas sobre os métodos de Higiene Mental e a educação do grande público. A maioria dos artigos do Boletim tinham o objetivo de combater o alcoolismo e seus males além de se preocupar em difundir as práticas e os ideais eugênicos.

Nos artigos e manchetes encontrados fica evidente a tentativa, por parte de seus editores, de influenciar a opinião pública a respeito do uso de bebidas alcoólicas. O ponto de vista da religião; os problemas de saúde causados pelo uso abusivo das mesmas; as consequências para a descendência; a criminalidade, entre outros, foram amplamente utilizados nas campanhas anti-alcoólicas, publicadas no boletim.

O discurso é, geralmente, apelativo, visando inibir o uso de tais bebidas por parte da população. Seus escritores, editores e responsáveis foram pessoas que estiveram diretamente ligadas a área científica; eram médicos e psiquiatras, figuras de prestígio perante a sociedade, o que tornava difícil a contestação de suas informações pelos que não detinham tais conhecimentos. Sendo assim, restava a grande parte de seus leitores aceitar tais informações, não somente como verdadeiras mas também como ideais de comportamento a serem seguidos. Isso caracteriza claramente a utilização de controle social do comportamento, evidente nas seguintes manchetes:

“Não beba. Pense nos seus filhos!”¹⁷”.

“Bebidas alcóolicas levarão para o hospício o Sr. e seus filhos”¹⁸.”

“Evite o álcool. Ele conduz a ruína para seu lar”¹⁹”

“A prole do alcoolista destina-se ao hospício ou ao presidio²⁰.”

Nestas manchetes fica evidente uma apelação à imagem de homem/pai/provedor, bastante cultuada na época, para afastar, ou melhor, afugentar os homens das bebidas alcoólicas. É claro que a ideologia eugenista não se apresenta somente no fato de que o álcool faz mal ao corpo, mas também no fato de que os filhos de alcoólatras, segundo médicos e psiquiatras da época, já nascem degenerados e representam um grande fardo para a sociedade. A partir desta visão, os autores dos artigos procuraram mostrar, também, a perda do emprego como uma das consequências do alcoolismo e, atrelado a isto, a perda da capacidade de prover recursos para a família. Exemplificando:

“Todo operario que se embreaga está no caminho da miseria porque em tempo muito curto ficará sem trabalho²¹.”

“Surgem os mal-entendidos entre empregados e patrões e eles são despedidos. Nenhum patrão tolera que um empregado vá passar a tarde bebendo(...)”²²

No artigo “Triste remate²³”, fica bastante evidente o pensamento da época a respeito do que aconteceria à família de um alcoólatra que, no caso do artigo em questão, morre por consequência de seu vício:

“Assim morre o chefe da família. Nem o pão daquele dia deixava. E sua gente teria de dispersar-se sem demora²⁴.”

“A mulher iria ser criada numa casa que a aceitasse; a mocinha trabalharia num atelier de costura; os meninos parariam num orfanato²⁵.”

“Triste remate para os que outrora, haviam conhecido o aconchego de um lar calmo e risonho até que o álcool começara a solapar alegrias, tranquilidade, futuro²⁶.”

Voltemos agora para a questão da prole, um dos temas mais explorados nos artigos e manchetes, talvez pelo fato de que seja fácil se comover com crianças, principalmente se estiverem doentes. De qualquer forma, em muitos artigos procura-se

apresentar as consequências do alcoolismo dos pais nos filhos. Encontram-se comumente artigos evidenciando que filhos e, em alguns casos, netos de alcoólatras tem mais possibilidades de se tornarem 'ébrios' do que os filhos e netos de abstêmios. Alguns artigos citam casos, provavelmente fictícios, de filhos de alcoólatras que nascem débeis mentais, idiotas e incapazes de sobreviver sem ajuda. Por exemplo:

"(...) os filhos dos alcoólatras são epileticos, atrasados mentais, surdos-mudos, debeis sociais²⁷."

"(...) os pais que usam bebidas alcoolicas geram filhos epleticos, nervosos e inuteis.²⁸"

"(...) temos tambem a verdadeira desgraça da prole (...) degenerados, monstruosos e desequilibrados filhos²⁹."

Assim, é evidente a idéia de que o álcool degenera a raça e que, portanto, não beber é contribuir para a purificação da mesma, o que auxiliaria o crescimento, o progresso do país. Há também a cobrança implícita de que os 'bebedores' cumpram seus deveres de cidadãos. O fato de grande parte da população brasileira ser de religião cristã e, conseqüentemente, também o ser a população pernambucana, faz com que tais argumentos se apresentem de forma bastante eficiente no que diz respeito ao controle social do comportamento.

Sendo assim, talvez por causa desta eficácia ou por fazerem parte das crenças religiosas dos ativistas da luta contra o álcool, estes argumentos foram amplamente utilizados nas campanhas anti-alcoólicas. Ora atribuindo a existência do álcool ao 'diabo' ou ao deus pagão 'Baco'; ora discursando que, ao estar alcoolizado, um homem não melhor, 'não beba! Pois você pode perder o seu titulo de cidadão honrado', o que seria algo inconcebível para a sociedade da época.

No que diz respeito a saúde mental, as citações são mais comuns e, as vezes, mais assustadoras. Os autores desses artigos procuram deixar claro que o alcoolismo têm consequências graves para a vida do toxicômano. Tais como, delírios de vários

tipos, esquizofrenia, demência, manias, distúrbios de humor, entre outros. Apontam também, como um dos prováveis destinos do alcoólatra, o manicômio. Nas campanhas anti-alcoólicas, os médicos higienistas promoviam o ideal de que o 'ébrio' deveria ser internado em um manicômio para ser tratado, passando a idéia de que alcoolismo e loucura são 'parceiros'.

Assim dentre as várias formas utilizadas pelos higienistas para expandir a luta contra o álcool, o discurso ameaçador era amplamente utilizado. Para isso os escritores de tais artigos não ameaçavam diretamente a vida dos alcoólatras, isto não era necessário, eles utilizavam palavras agressivas que poderiam facilmente persuadir os 'ébrios' a extinguir o uso de bebidas alcoólicas. Estas palavras ameaçavam a perda do caráter, anunciavam a vergonha, colocavam em questão a razão e a consciência, além de por em evidência a 'maldição' somatizada, ou seja, as doenças físicas e psíquicas resultantes do uso do álcool.

Dessa forma, o principal objetivo dos higienistas da época em questão era difundir seu ideal, notadamente eugenista, de 'comportamento saudável', fazendo uso de seu poder de controle social através da mídia

² RAMOS, A. **Loucura e Crime**. Porto Alegre: Edição da Livraria Globo, 1937. p. 75.

³ Ramos utiliza o conceito de "mentalidade pré-lógica" cunhado por Lèvi-Bruhl que supõe em sua teoria dois modelos de pensamento: um lógico, do civilizado; outro, pré-lógico, do primitivo.

⁴ RAMOS, A. op. cit., 1937. p. 74.

⁵ MONTERO, P. **Da Doença à Desordem: a magia da Umbanda**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

⁶ CUNHA, M.C.P. **O Espelho do Mundo: Junquery, a história de um asilo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

⁷ NINA RODRIGUES, R. **Os Africanos no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Nacional; [Brasília] : Editora Universidade de Brasília, 1988.

⁸ NINA RODRIGUES, R. op. cit., 1988. p. 07.

⁹ Cf. NINA RODRIGUES, R. op. cit., 1988.

¹⁰ Xangôs é a denominação comumente atribuída, no Recife, às religiões de origem africana.

¹¹ DANTAS, B. G. **Vovó Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

¹² CUNHA, M. C. P. op. cit., 1986.

-
- ¹³PEREIRA NETO, A. F. **Palavras, Intenções e Gestos, os interesses profissionais da elite médica. Congresso Nacional dos Práticos (1922)**. 1997. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. p. 200 .
- ¹⁴Prática de atividades que não são voluntárias. Geralmente designa relações motoras que, à força da repetição contínua, tornam-se mecânicas. No caso subliminar, abaixo do limiar da consciência, produzem algum efeito na atividade psíquica, mormente depois que deixa de existir uma percepção. Geralmente são padrões de estímulos que formam o fundo ou nele se encontram, como cenários de filmes. In: DORIN, E. subliminar. In: DORIN, E. **Dicionário de Psicologia: abrangendo as ciências correlatas**. São Paulo: Melhoramentos, 1978. pp. 36, 269-69.
- ¹⁵BORGES, C; LIMA, D. Investigações sobre as religiões no Recife: o espiritismo. **Arquivos da Assistência a Psicopatas**, Recife, v. 2, n.1, p. 138-145, abr. 1932. p. 138.
- ¹⁶RAMOS, A. op. cit., 1937. p. 77.
- ¹⁷NÃO beba. pense... **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.2, p.04. Fev. 1934.
- ¹⁸BEBIDAS alcóolicas levarão... **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.5, p.02. Maio. 1934.
- ¹⁹EVITE o álcool: ele conduz... **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.7, p.04. Jul. 1934.
- ²⁰A PROLE do alcoolista... **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.9, p.02. Set. 1934.
- ²¹AOS OPERARIOS. **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n. 6, p.02. Out. 1936.
- ²²ALCOOL: desgraça e morte. **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.7, p.02. Out. 1939.
- ²³SETE, Mario. Triste ramate. **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.10, p.01. Out/Nov. 1934.
- ²⁴ⁱ Idem.
- ²⁵ Idem.
- ²⁶ Idem.
- ²⁷DECÁLOGO contra... **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.9, p.02. Set. 1934.
- ²⁸AOS OPERARIOS. **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n. 6, p.02. Out. 1936.
- ²⁹O ALCOOLISMO: escola... **Boletim de higiene mental**. Recife: [s.n.], n.6, p.04. Out.1936.